

## **INCLUSÃO EDUCACIONAL: O ALUNO ESPECIAL SOB O OLHAR DA PSICOPEDAGOGIA**

Ana Lúcia de Souza Silva<sup>1</sup>

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms. Fabiana Juvêncio Aguiar Donato

### **RESUMO**

O presente artigo científico constitui-se em uma pesquisa bibliográfica onde se procurou fazer uma análise reflexiva sobre a prática psicopedagógica na Educação Inclusiva. O principal objetivo deste estudo foi promover um debate sobre as atribuições do profissional da Psicopedagogia diante da perspectiva inclusiva. O interesse em tratarmos deste assunto veio do desejo de analisarmos sua temática com uma maior sagacidade e, deste modo, obtermos outras informações sobre o trabalho psicopedagógico voltado para crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. Como veremos aqui, a Educação Especial compreende tanto um campo do conhecimento quanto uma área de atuação profissional. Em linhas gerais, podemos dizer que a Educação Especial trabalha com os fenômenos de ensino e aprendizagem que não têm sido preocupação do sistema de ensino regular, no entanto tem entrado na pauta das discussões dos agentes educacionais por causa das mudanças nas políticas públicas de inclusão dos portadores de necessidades especiais. Assim, podemos observar que alguns psicopedagogos ainda se encontram alheios ao processo de inclusão, então se faz necessário um maior aperfeiçoamento desses profissionais para que os mesmos prestem suporte aos docentes e a escola no crescente processo de inserção dos portadores de necessidades educacionais especiais no espaço escolar de ensino regular. Ao final da produção desta pesquisa esperamos ter desenvolvido um texto que nos faça refletir sobre a contribuição do Psicopedagogo num projeto educacional que possibilite e favoreça a Educação Inclusiva do discente considerado “especial”.

**Palavras-chave:** Desafios. Educação. Inclusão.

### **ABSTRACT**

This research paper consists in a literature where it sought to make a reflective analysis of psychoeducational practice in Inclusive Education. The main objective of this study was to promote a discussion on the duties of professional psychoeducation on the inclusive perspective. The interest in treating this subject came from the desire to analyze your subject with greater wit and thereby obtain other information about the psycho pedagogical facing children with special educational needs. As we see here, the Special Education includes both a field of knowledge as an area of professional practice. In general, we can say that the Special Education works with the phenomena of teaching and learning that have not been a concern of mainstream education, but has entered the agenda of the educational agents because of changes in public policies that include people with special needs. Thus, we can observe that some educational psychologists are still oblivious to the inclusion process, then further refinement of these professionals so that they provide support to teachers and schools in the growing process of insertion

---

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

for people with special educational needs in school is necessary mainstream education. At the end of the production of this research we hope to have developed a text that makes us reflect on the contribution of the educational psychologist in an educational project that allows and promotes inclusive education of students considered “special”.

**Keywords:** Challenges. Education. Inclusion.

## 1. INTRODUÇÃO

O Presente Artigo foi fundamentado numa pesquisa bibliográfica que serviu de base para seu desenvolvimento, onde pretendemos analisar a Educação Inclusiva num contexto psicopedagógico. Sabemos que cada vez mais tem aumentado o número de discentes portadores de necessidades especiais em nossas salas de aulas. Por este motivo se faz necessário que estejamos preparados para receber esses alunos com dignidade e respeito às diferenças que existem em cada ser humano, pois o que encontramos na grande maioria dos casos não é um processo de inclusão, mas sim de diferenciação escolar, onde os alunos portadores de necessidades especiais são postos em uma sala de ensino regular apenas para ocupar espaço e isso não deve acontecer.

Como veremos aqui, não se pode conceber a inclusão se a sociedade começar a escolher os portadores de necessidades especiais que possivelmente serão aceitos no ambiente escolar, esse é um modo errado e distorcido de inclusão, é disfarçar algo que na verdade não está acontecendo, tratando-se, pois de puro preconceito. O maior desafio que o sistema de ensino público enfrenta hoje é o de garantir a todas as pessoas o acesso à educação, sejam elas portadoras de necessidades educacionais especiais ou não, utilizando todos os recursos possíveis para que ela seja de qualidade, onde o educando seja compreendido como um ser em plena atividade que se relaciona com a realidade em torno de si e que tenha como objetivo principal alcançar sua autonomia modal, possibilitando com isso o desenvolvimento de suas estruturas afetivas e cognitivas.

Desse modo, o foco principal desse Estudo estará voltado para a reflexão da seguinte problemática: Como a Psicopedagogia pode auxiliar o educando portador de necessidades especiais a obter resultados satisfatórios durante o processo de aprendizagem? Para nos ajudar a responder esta e outras questões, foram muito importantes a análise e a consulta às obras de Beyer (2006), Ferreira e Guimarães

(2008), Linhares (2005) e Meyerhoff (2014), entre outros teóricos, cujos trabalhos estão voltados para o estudo dos temas aqui discutidos. Utilizando o trabalho destes pesquisadores, procuraremos mostrar uma proposta inovadora que oriente para o trabalho de inclusão das crianças portadoras de necessidades especiais nas salas de aula das escolas públicas.

Como principal objetivo, este artigo pretende promover uma análise que nos faça refletir sobre a contribuição do Psicopedagogo num projeto educacional que possibilite e favoreça a Educação inclusiva do discente considerado “especial”. Especificamente pretendemos realizar um breve levantamento histórico da Educação inclusiva no Brasil; caracterizar os principais aspectos relacionados com esta modalidade de ensino; discutir a participação do Psicopedagogo no processo de ensino-aprendizagem do discente portador de necessidades especiais.

Assegurar ao cidadão portador de necessidades educacionais especiais o direito à Escola, em uma escola comum do ensino público, não significa apenas um gesto de generosidade, como muitos podem achar; essa atitude representa o exercício do respeito, de garantir a cidadania, já que a situação de abandono e esquecimento dessas pessoas se tornou tão evidente que, nos últimos anos, vem chamando a atenção para uma maior consciência social e a necessidade de se encontrar novas maneiras de possibilitar a efetivação imediata dos direitos fundamentais dessa parcela da sociedade.

## **2. INCLUSÃO EDUCACIONAL: O ALUNO ESPECIAL SOB O OLHAR DA PSICOPEDAGOGIA**

A inclusão se constitui num movimento de luta das pessoas portadoras de alguma espécie de deficiência e de seus familiares por seus direitos e por um lugar na sociedade. Mas o que é realmente a inclusão? Por que as pessoas possuem opiniões tão diferentes do que vem a ser a inclusão? A partir de agora caberá a nós refletir sobre essas questões, pois só assim estaremos colaborando para uma prática educacional menos preconceituosa e separatista.

De acordo com Linhares (2005, p. 11), “O termo inclusão já traz implícito a ideia de exclusão, pois só é possível incluir, alguém que já foi excluído”. A inclusão encontra respaldo na lógica inclusiva e/ou exclusiva, com a luta das minorias

excluídas pela defesa dos seus direitos. Ao longo dos anos, os que lutam a favor da inclusão buscam também a não exclusão escolar e propõe medidas para assegurar o acesso e permanência do aluno portador de deficiência no ensino regular.

Segundo Ferreira e Guimarães (2008, p. 24),

Para falar sobre inclusão escolar é preciso repensar o sentido que se está aplicando a educação, além de atualizar nossa compreensão e reiterar o processo de construção de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e intensidade que envolve essa temática.

A escola que decidir trabalhar aplicando as metodologias inclusivas em sua linha de raciocínio deverá receber todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, culturais, linguísticas e emocionais.

De acordo com Guimarães (2002, apud AMARAL, 2013, p. 33):

Já está comprovado por vários estudos e experimentações que a inclusão se manifesta pela transformação das atitudes, do comportamento, da administração, do atendimento e da organização físico-espacial ao longo do tempo. Inclusão se manifesta, então, através da acessibilidade.

É dessa maneira que se deve resultar o desenvolvimento das escolas inclusivas, aplicando mudanças em sua prática educativa e trabalhando uma psicopedagogia focada nas crianças e capaz de responder aos anseios de todas elas.

Outro fator a ser observado diz respeito ao papel do professor, pois é bastante difícil repensar sobre essas mudanças sem contar com a dedicação deste profissional em promover essas novas políticas; além disso, é bom lembrarmos que a escola precisa estar estruturada para atuar com homogeneidade e jamais com a diversidade.

Num primeiro momento, o trabalho de inclusão deve estar voltado para o combate das deficiências do sistema educacional brasileiro para que os educandos desenvolvam-se plenamente, pois a sociedade culpa o próprio aluno pelo seu fracasso na escola, por apresentar algum tipo de déficit de atenção/hiperatividade e por responsabilizar a deficiência pelas dificuldades de aprendizagem. Como lembra Bayer (2006, p. 31): “Temos que refletir sobre a educação geral para pensarmos em inclusão da pessoa com deficiência”.

Não podemos esquecer também que todos os educandos chegam à escola com conhecimentos de sua própria realidade e que esses conhecimentos não podem ser ignorados, porque fazem parte da história de sua vida. Neste sentido, Linhares (2005, p. 28) afirma que “jamais haverá inclusão se a sociedade se sentir no direito de escolher quais os deficientes poderão ser incluídos”. É necessário que os indivíduos se expressem sozinhos, pois eles mesmos sabem do que precisam, de suas perspectivas e dificuldades como qualquer outro cidadão. Porém, não basta apenas ouvi-los, é preciso apresentar e desenvolver atitudes que cheguem a transformar e guiar as maneiras de se repensar a inclusão.

Temos que ter a consciência de que para que a inclusão realmente aconteça, não basta somente garantir o direito dos deficientes por meio da legislação, mas é preciso que ocorram mudanças sérias e importantes no sistema de ensino. Essas transformações devem considerar o contexto socioeconômico, além de acontecerem de forma gradual, contínuos e planejados para assegurar uma educação de qualidade.

Segundo Meyerhoff (2014, p. 01),

A inclusão depende de mudanças de valores da sociedade e a vivência de um novo paradigma que não se faz com simples recomendações técnicas, mas com reflexões dos professores, direção, pais, alunos e comunidade. Contudo essa questão não é tão simples, pois devemos levar em conta as diferenças. Como colocar no mesmo espaço demandas tão diferentes e específicas se muitas se muitas vezes nem a escola especial consegue dar conta desse atendimento de forma adequada, já que lá também temos demandas diferentes.

Dessa forma, podemos entender que o adjetivo ‘inclusivo’ é usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com ou sem deficiência. Inclusão antes de qualquer coisa é uma questão de atitude, não pode ser imposta, é gerada a partir da aceitação do próprio indivíduo, da ação colaborativa de toda a sociedade e da convivência com as diferenças. Ela diz respeito a nossa capacidade de reconhecer e entender o outro, compartilhando e recebendo todas as pessoas sem exceção: meninos de rua, afrodescendentes, ciganos, índios, mulheres, idosos, homossexuais, enfim todos que representam uma parcela da sociedade que sofre opressão ou que é discriminada por qualquer motivo (social, étnico, econômico, cultural ou sexual).

De acordo com Ferreira e Guimarães (2008, p. 37), “o paradigma da segregação é forte e enraizado nas escolas e com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados”. Entretanto, a inclusão lança várias questões aos professores e profissionais que atuam na área da educação. Por isso se faz necessário observar a realidade e as controvérsias nas opiniões sobre o termo e suas respectivas características.

A terminologia que procura definir o que vem a ser deficiência física é um estudo complexo. Porém, debates realizados têm demonstrado que se pode incorporar as classificações à perspectiva inclusiva. Uma leitura introdutória dos estudos terminológicos considera a classificação adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que evoluiu segundo a compreensão sobre as pessoas deficientes e de acordo com a interação da saúde com outras áreas do conhecimento.

Neste sentido, encontramos em Meyerhoff (2014, p. 01):

A classificação denominada *International Classification of Impairment, Disabilities and Handicaps* (ICIDH), traduzida em Português como *Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens* (CIDID), traz termos avançados em relação a épocas anteriores.

Essa classificação foi apresentada em 1976, numa Assembleia Geral da OMS em caráter experimental, e publicada somente em 1980 por ser muito superficial nas categorizações. O referido autor (MEYERHOFF, 2014, p. 01) completa: “A ICIDH é baseada na trilogia *impairment* (deficiência), *disability* (incapacidade) e *handicap* (desvantagem). Por esta definição, entendemos que a deficiência é compreendida como uma manifestação do corpo ou como a perda de uma estrutura ou função corporal. A incapacidade faz referência ao plano da funcionalidade, desempenho da pessoa e sua desvantagem em possuir a deficiência, o que se refere à condição social de prejuízo.

As ideias sobre as necessidades educacionais especiais entraram em evidência depois das discussões do chamado “movimento pela inclusão” e dos reflexos ocasionados pela Conferência Mundial sobre Educação Especial, que aconteceu em 1994, em Salamanca, na Espanha. Nesse encontro, foi criado um documento mundialmente importante chamado de *Declaração de Salamanca*, onde foram levantados aspectos inovadores para a reformulação nas políticas e sistemas educacionais (UNESCO, 1997).

Segundo esse Trata do (UNESCO, 1997, p. 16),

Durante os últimos 15 ou 20 anos, tem se tornado claro que o conceito de necessidades educacionais especiais teve que ser ampliado para incluir todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. Desta maneira, o conceito de "necessidades educacionais especiais" passará a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.

Portanto, a Declaração de Salamanca determinou um novo conceito, bastante abrangente, de 'necessidades educacionais especiais', que promove a aproximação do ensino regular e do especial, na medida em que esta nova concepção garante que todos possuem ou podem possuir, de forma temporária ou permanente, necessidades educacionais especiais. Desse modo, o referido documento aponta para a existência de um único sistema, que consiga promover a educação para todos os alunos, por mais especiais que estes possam ser ou estarem. Baseados nesses conceitos, Ferreira e Guimarães (2008) consideram o art. 3º do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, quando estes compreendem que:

Deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; Deficiência permanente é aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; Incapacidade é uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

O art. 4º do mesmo Decreto detalha um pouco mais a questão e considera pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias (FERREIRA; GUIMARÃES, 2008):

Deficiência física é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia,

tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Deficiência auditiva é a perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em grau e nível na forma seguinte: De 25 a 40 db (decibéis) – surdez leve; De 41 a 55 db – surdez moderada; De 56 a 70 db – surdez acentuada; De 71 a 90 db – surdez severa; Acima de 91 db – surdez profunda; Anacusia – perda total da audição.

Deficiência visual é a acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de *Snellen*), ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

Deficiência mental é o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: Comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.

Deficiência múltipla é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva, física), com comprometimentos que acarretam consequências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa. Quando se trata de portadores de necessidades especiais, o conceito torna-se mais abrangente, pois, além dos portadores de deficiência, inclui os portadores de superdotação, as pessoas em condições sociais, físicas, emocionais, sensoriais e intelectuais diferenciadas, aqueles com dificuldades de aprendizagem, os portadores de condutas típicas (ex.: hiperativos) e abrange também os desfavorecidos e marginalizados.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, desenvolvidos com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, trazem bastantes orientações e estratégias sobre o trabalho educacional com alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Por isso, criaram um material didático-pedagógico chamado de “Adaptações Curriculares” que se enquadram no conceito de escola inclusiva defendida na Declaração de Salamanca (BRASIL, 2001).



A seguir, faremos um breve levantamento histórico sobre a Educação Inclusiva, dando destaque para o surgimento dessa modalidade de ensino em nosso País.

## 2.1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

O que chamamos hoje de Educação Inclusiva, teve início nos Estados Unidos por meio da Lei nº 94.142/75 e, atualmente, já se encontra em sua quarta década de implementação. Há em todos os Estados Unidos o estabelecimento de programas e projetos dedicados à Educação Inclusiva e à Educação Especial.

Aqui no Brasil, a primeira legislação a abordar o problema dos deficientes foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1961, no art.88, que diz (BRASIL, 2006, p. 42): “A educação de Excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-los na comunidade”. Mas, foi somente a partir do século XX que as pessoas portadoras de deficiência passaram a ser tratadas como cidadãos, com direitos e deveres e de participar na vida em sociedade.

De acordo com Costa (2014, p. 01),

O atendimento às pessoas com deficiência e conseqüências, necessidades educacionais especiais no Brasil, teve início no século XIX, na época do Brasil Imperial, com a primeira constituição, de 1824 que estabelecia “o direito à educação para todos os brasileiros” e a criação de duas instituições residentes para deficientes visuais e auditivos, na cidade do Rio de Janeiro, pelo Imperador D. Pedro II. Quanto ao aspecto legal a Lei 4.024/61 de Diretrizes e Bases estabeleceu em seu título X, Art. 88 que “a educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-las na comunidade”.

Por este motivo, não aceitar alunos deficientes é considerado crime pela legislação brasileira. Por isso, a Constituição de 1988 prediz em um dos seus artigos o pleno desenvolvimento dos cidadãos (BRASIL, 2001, p. 21), “sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação”, assegurando assim, indistintamente, o direito de todos à escolaridade, em qualquer nível de ensino e prevê, também, o atendimento especializado a crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. Em seguida surgiu a Lei nº 7.853/89 que define como crime, recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de

um estudante por causada deficiência em qualquer curso de nível de ensino, seja ele público ou privado. A este tipo de atendimento, que deve ser oferecido preferencialmente no ensino regular, dá-se o nome de “Educação Especial” (BRASIL, 2006).

Mesmo a Constituição de 1988 já se referir às questões de inclusão e instituir a Educação Especial, uma das abordagens políticas relacionadas à situação do portador de deficiência surgiu com a Declaração Universal dos direitos Humanos, em 1948. Sasaki (2007, p. 29) destaca: “Aqui no Brasil, a Educação Especial teve início através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4024 de 1961, a qual defendia o acesso do portador de necessidades especiais no Sistema Educacional de Ensino”.

Todas as crianças tem que ser matriculadas em escolas regulares, para conviver com as que não são portadoras de deficiências. É partindo desse conceito que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, vem garantir o direito à igualdade de condições para acesso e permanência na escola, estabelecendo o oferecimento do Ensino Fundamental como obrigatório e gratuito a todos. Caso seja necessário, os alunos portadores de necessidades especiais têm o direito de serem atendidos em outros turnos, fora de seu horário normal de curso, com atividades que auxiliem em seu desenvolvimento educacional (BRASIL, 1990).

Mesmo com tantos debates e discussões girando em torno da Educação inclusiva, é importante destacar que o marco inicial dessa política educacional teve início em junho de 1994, com a *Declaração de Salamanca*, como dissemos anteriormente. Este documento foi assinado por noventa e um (91) países e tem como princípio fundamental fazer com que (UNESCO, 1997, p. 18) “todos os alunos aprendam juntos, sempre que possível independente das dificuldades e diferenças que apresentem”, desempenhando um papel com compromisso dos direitos educacionais; defendendo as escolas regulares como um meio eficaz de combater à exclusão e discriminação dos portadores de necessidades especiais (UNESCO, 1997).

Em nosso País, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1996, proclamou a obrigatoriedade das escolas públicas em aceitar alunos especiais em turmas regulares e também haverá, quando for necessário, serviços de apoio especializado nas salas de ensino regular para suprir as necessidades. Portanto, de acordo com a LDB (1996, apud BRASIL, 2006, p. 42), “este tipo de atendimento

educacional deverá ser feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre em função das condições específicas do aluno, quando possível sua integração nas classes comuns do ensino regular”.

Em outro momento, destacando a Educação Especial na rede regular de ensino com base na Lei nº 9394/96, a LDB dispõe que (BRASIL, 2006, p. 42) “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensáveis ao exercício da cidadania e meio para progredir no trabalho e em estudos anteriores”.

Apesar de todas as modificações, decretos e leis percebemos claramente que o processo de inclusão é e vai continuar sendo uma tarefa difícil e bastante demorada, pois existe duas vertentes principais que tornam esse processo muito lento: Primeiro é o despreparo dos profissionais de educação que atuam na área e o segundo são as escolas que não possuem estruturas para oferecer esse tipo de atendimento e nem tão pouco contam com uma proposta pedagógica que condiz com a realização de uma atividade educacional de qualidades com os alunos especiais.

Assim, apesar da inclusão desses alunos na rede regular de ensino ser um direito garantido por Lei, isso não é suficiente para assegurar a formação e o desenvolvimento de um sistema educacional inclusivo, como nos lembra Pietro (2006, p. 52),

Diante da luta em favor da cidadania das pessoas com necessidades educacionais especiais, em âmbito nacional e internacional, torna-se necessário garantir o acesso ao ensino regular a toda e qualquer criança com necessidades educacionais especiais, dentro dos critérios estabelecidos pela legislação e, através de uma política de atendimento educacional às pessoas com necessidades educacionais específicas.

Deste modo, a educação direcionada para essa diversidade não é algo novo, por que as necessidades educacionais dessa clientela já existiam há bastante tempo e também já existiam as diferenças nas salas de aulas no ensino regular. O que podemos considerar como “novo” é o despertar da consciência do educador que se encontra diante deste desafio, quase forçado pela legislação vigente, que o fez refletir sobre o que deve ser modificado no contexto da educação escolarizada, cheia de limites para professores e alunos, considerando as particularidades de cada aluno e a realidade de cada escola.

## 2.2. A ESCOLA INCLUSIVA E A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA

A escola que adota uma política pedagógica voltada para a inclusão dos discentes portadores de necessidades educacionais especiais, não deve limitar-se apenas a um ambiente que tenha uma boa estrutura física, com materiais de apoio e recursos materiais. Ela teve assumir o compromisso de modificar seus parâmetros para atender, de um modo geral, a educação inclusiva nas mais variadas formas como esta se apresenta; tendo, no processo educativo, a compreensão de que todos os alunos, portadores de necessidades especiais ou não, possuem o direito de desenvolver suas aptidões intelectuais.

Segundo Ferreira (2006, p. 38), “a inclusão se desvincula dos paradigmas que sustentam o conservadorismo existente nas escolas, contestam os sistemas educacionais em seus fundamentos”. Portanto, diante desse novo paradigma educacional, o psicopedagogo precisa encontrar suporte para atuar frente às práticas educacionais que abrangem a educação inclusiva, por meio da orientação de uma prática pedagógica que envolva as necessidades dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais e que sobreponha às práticas discriminatórias e separatistas.

De acordo com Cavalcanti (2007, p. 28),

Para que as escolas estejam preparadas para receber as crianças com deficiência, é preciso também que haja mudanças no seu conteúdo curricular, uma preparação de sua equipe docente e escolar, como também mudanças de atitudes. Pois a escola é vista pela maioria das crianças brasileiras como o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornarem cidadãos, alguém com identidade social e cultural, é por isso que as mudanças são tão necessárias.

Certamente, essas mudanças devem considerar o contexto socioeconômico, além de ocorrerem gradativamente, com planejamento e de forma contínua para assegurar uma educação de boa qualidade. Assim, o processo que levará a reestruturação para a escola, tem o dever de garantir que todos os educandos tenham acesso às oportunidades educacionais e sociais oferecidas pelas unidades escolares.

O grande objetivo da escola aberta para todos tem se tornado, paralelamente, um sério problema vivido por todos que fazem a educação inclusiva, pois um grande

número de instituições está longe de se tornarem inclusivas. Isto acontece porque o trabalho de mudá-las exige muita dedicação; deste modo, muitas escolas alegam não estarem prontas para enfrentar esse desafio. Sobre esta questão, encontramos em Gentili (2001, p. 32): “O que está acontecendo em muitos casos de inclusão escolar é apenas a transferência dos alunos da educação especial para a educação regular, sem um atendimento de acordo com as necessidades e especificidades de cada um, tal como deveria ser”.

Algumas escolas argumentam que não atendem aos educandos portadores de deficiências em suas classes de ensino regular, pepal falta de preparo do seu corpo de professores. Na verdade, é o desafio e o medo que fazem com que várias instituições não ingressem na causa da educação inclusiva como algo essencial para a formação e o desenvolvimento de seus educandos. Portanto, precisa-se abandonar esse medo, o comoismo e o preconceito para que a verdadeira inclusão se faça acontecer.

Encontramos em Serbino (1998, p. 21):

Na Escola Inclusiva o papel do professor está mais voltado para as necessidades dos alunos em relação à captação das suas maiores dificuldades. Sendo assim, fornece, a partir das dificuldades encontradas, as estratégias necessárias para o desenvolvimento educacional de cada educando, de acordo com suas necessidades, além de considerar as possibilidades de desenvolvimento de cada aluno e explorar sua capacidade de aprender.

Diante deste raciocínio, podemos concluir que é por meio da adequação do trabalho pedagógico, segundo a diversidade e as possibilidades de se obter um significativo progresso com os discentes, que poderemos alcançar o sucesso da inclusão de alunos portadores de necessidades especiais na rede regular de educação. Para que isto ocorra de fato, a escola precisa estar voltada aos resultados obtidos em respostas às metodologias de ensino adotadas, tendo a consciência de que a dificuldade do aluno não diz respeito somente a ele, mas também a todos da escola, que devem buscar os subsídios para contornar qualquer situação dificultosa que possa surgir.

A educação inclusiva exige do Psicopedagogo novos compromissos e novos saberes, para que estes profissionais possam oferecer os recursos necessários aos seus professores no desenvolvimento de suas funções escolares. Mas, esse trabalho só produzirá bons resultados se, tanto o psicopedagogo quanto o educador,

estiverem comprometidos de verdade com a educação e dispostos a viverem novas e desafiadoras experiências, como nos lembra Stainbanck (2009, p. 46): “A caracterização da inclusão precisa ser definida e assumida pelo educador e pelo Psicopedagogo”.

Sobre este aspecto da questão, também encontramos em Borba (2011, p. 35): “O trabalho do psicopedagogo institucional deve ser orientado pela concepção libertadora de educação, exige um compromisso muito amplo, não somente com a comunidade na qual se está trabalhando, mas consigo mesmo”. Mediante essa realidade, podemos observar que o Psicopedagogo traz consigo um dever que lhe cobra muito comprometimento e responsabilidade, pois este profissional possui a capacidade de modificar a instituição escolar pela execução de uma tarefa verdadeiramente comprometida com essa causa. É por isso que sua atuação deve surgir dos preceitos de democracia e liberdade.

Porém, segundo a prática educativa de alguns psicopedagogos, esses não parecem dispor de uma formação apropriada para a área da Educação Especial. Por essa razão sua atuação se torna limitada, não podendo colaborar no processo de inclusão escolar. Neste sentido, encontramos em Serbino (1998, p. 23):

A realidade é que na maioria dos casos, os futuros psicopedagogos recebem nas universidades uma formação que se limita a um belíssimo acervo de teorias de renomados teóricos e estudiosos que nada tem a ver com a sua prática educativa cotidiana, nem tão pouco com a realidade sociocultural em que a escola e seus educandos estão inseridos. Por isso, ao se depararem com um eventual problema na escola, não dispõem de recursos adequados para solucioná-lo.

É dessa realidade que surge a preocupação de alguns profissionais de estarem sempre buscando atualizar-se para poder dar prosseguimento a sua formação, aprofundando-se para completar os espaços existentes em seus saberes, muitas vezes deixados pelos cursos de graduação, tendo em vista que a realidade da prática existente no espaço escolar muitas vezes se mostra bem diferente das teorias estudadas durante esses cursos.

Uma outra preocupação vivenciada pelos psicopedagogos e relacionada com a inclusão escolar, diz respeito ao receio por parte dos educadores em receber os discentes portadores de necessidades educacionais especiais. Vem desse quadro um fato muito frequente nas escolas, de uma maneira geral, onde o Psicopedagogo precisa ser bastante atuante em seu trabalho de orientação, tentando resolver esse

conflito por meio do diálogo e da preparação do docente para aceitar esse desafio, sempre tendo em vista a melhor solução para todos.

Refletindo sobre este aspecto da questão, encontramos em Rodrigues (2003, p. 58):

A atual visão de escola inclusiva corresponde a uma ruptura com a visão anterior de escola. Nessa nova visão não se pode imaginar na formação de turmas homogêneas, pois é através da heterogeneidade que a dinâmica de grupo acontece. As diferenças se complementam no processo de descobertas, onde cada um se faz necessário para a construção do aprendizado.

Isso nos leva a entender que não se pode falar de inclusão quando as instituições ou os profissionais da educação separam seus alunos por séries, desenvolvendo um ensino individualizado, onde somente alguns possuem acesso ao saber, enquanto os educandos que apresentam algum déficit intelectual ou transtorno de aprendizagem são postos à margem do processo educacional, ou seja, sofrem discriminação.

Portanto, o Psicopedagogo precisa acompanhar o processo de construção de um bom relacionamento entre o professor e o aluno deficiente, fazendo intervenções quando necessário e apresentando desafios que levem à reflexão, fazendo com que o docente pense nas variadas maneiras de solucionar esses conflitos. Meyerhoff (2014, p. 01) nos lembra: “É preciso salientar que atividades prontas e sem significados para o aluno não irão contribuir para o seu processo de aprendizagem, as atividades devem ser desafiadoras”.

Chegando ao final de nosso Estudo e mediante tudo que foi visto até o momento, é importante destacarmos que no processo de inclusão devem ser utilizados recursos, instrumentos, linguagens e tecnologias que colaborem para atenuar os obstáculos existentes no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, não existem práticas de ensino que possam servir como modelos únicos e acabados. Cada situação precisa ser trabalhada por meio de determinados recursos que possam colaborar para a evolução e o desenvolvimento das necessidades demonstradas pelos discentes; mas elas não devem ser excludentes.

Por fim, vale lembrar que o profissional da psicopedagogia possui um trabalho muito amplo dentro da instituição escolar onde atua, sua presença é essencial para todos que formam a equipe pedagógica da escola, sua imagem deve se firmar

positivamente cada vez mais, sendo aquela mente dotada de uma percepção que enxerga em todas as direções a procura de soluções que objetivem o bem estar de todos que compõem a comunidade escolar. Assim, muito é esperado desse profissional, que precisa se aperfeiçoar com todos os instrumentos necessários para realizar seu trabalho da melhor forma possível.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluirmos este artigo, gostaríamos de refletir sobre alguns aspectos que nos chamou a atenção durante a elaboração do desenvolvimento do mesmo. Como vimos durante a produção deste texto, o profissional da Psicopedagogia, considerando a criação de uma educação voltada para todos os tipos de alunos, precisa atualizar seus conhecimentos para preencher as necessidades que a escola hoje exige, das quais podemos citar a educação inclusiva, que vem se tornando cada vez mais comum em nosso sistema de ensino. Neste sentido, podemos afirmar que são funções do Psicopedagogo: ajudar e apoiar os professores, mediar a relação destes com os pais dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, procurar um atendimento especializado para esses discentes, entre outras.

Complementando este raciocínio, podemos dizer que é dever da escola aceitar e garantir o direito aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais de assistirem aulas nos horários regulares. Portanto, cabe a instituição de ensino e a toda sua equipe de profissionais, inclusive ao Psicopedagogo, se prepararem para não fazer do trabalho de inclusão apenas uma ação de agrupar alunos, procurando apenas somar matrículas e números estatísticos.

Por meio da análise e leitura das obras que foram pesquisadas como fonte de informação para o desenvolvimento deste estudo, vimos que uma política psicopedagógica voltada para a construção de uma escola inclusiva de qualidade é uma tarefa urgente e que não pode ser adiada por nosso sistema de educação, do mesmo modo como também não se pode esquecer-se da formação adequada dos nossos docentes para atenderem esse tipo de clientela especificamente.

O Psicopedagogo deve aprofundar-se no estudo dos conhecimentos sobre a educação inclusiva, especialmente no que se refere ao aperfeiçoamento de seus saberes sobre os vários tipos de deficiência, suas causas, características e o melhor



modo de se atender aos discentes que apresentem essas particularidades. Faz-se necessário que esses saberes sejam compartilhados com os educadores, pois são estes que detêm o contato direto com o discente especial e que possuem a consciência de que é dever da escola assegurar o aprendizado dos conteúdos e das habilidades, do mesmo modo como a vivência dos valores essenciais para o convívio social.

É preciso que o Psicopedagogo que trabalhe numa instituição que abrace a causa da inclusão incentive a inserção social dos educandos especiais, proporcionando as ferramentas de entendimento da própria realidade destes alunos e possibilitando a integração dos mesmos na vida social escolar, pois o convívio na escola faz com que este discente ache seu lugar na sociedade de um modo satisfatório e sem experiências traumatizantes.

Concluindo, podemos dizer que a produção deste estudo alcançou todas as metas desejadas, pois pudemos comprovar a importância do psicopedagogo e seu papel no direcionamento da prática educativa, no que se refere à problemática da inclusão de crianças especiais no espaço escolar. Portanto, acreditamos que, mesmo com os problemas, a escola ainda é o melhor ambiente para a formação de uma sociedade que esteja pronta para a convivência com o cidadão portador de qualquer necessidade especial.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, F. L. J.S. Acessibilidade no ambiente escolar: Mais que uma possibilidade, uma necessidade. In: CANANÉA, F. A. (Org.) **Sentidos de leitura: Sociedade e educação**. João Pessoa: IMPRELL, 2013.

AUSTRALINO, L. **Atendimento do excepcional ou excepcionalidade do atendimento**. Revista Integração, Edição Especial, ano 3, nº 7, 1991.

BEYER, H. O. **A educação inclusiva**: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. Revista Educação Especial. Brasília, n.º 02, ago. 2006.

BORBA, N. E. de M. **Educação especial e ensino público**: inclusão de alunos com necessidades especiais. Pedras de Fogo: CINTEP/FNSL, 2011.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: SEF/DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

CAVALCANTI, M. Caminhos da inclusão. In: **Revista Nova Escola**, ano 30, nº 03, Março/Abril de 2007.

COSTA, A. S. **Inclusão social e a escola pública**. Disponível em:  
<<http://www.webartigos.com/articles/38672/1/INCLUSAO-SOCIAL-E-A-ESCOLA-PUBLICA/pagina1.html#ixzz1XIKTFDyS>>  
Acesso em: 06/mai/2014.

FERREIRA, M. E. C.,; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

FERREIRA, W. B. Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. RODRIGUES, D. (Org.). São Paulo: Summus, 2006.

GENTILI, P. Escola e cidadania em uma era de desencanto. In: **Educação Especial – Múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas: mercado de Letras/ALB, 2001.

LINHARES, A. **Inclusão e educação especial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2005.

MANTOAN, M. T. E. A escola que é de todas as crianças. In: **Revista Nova Escola**, ano 28, nº 04, Maio/Junho de 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Caminhos pedagógicos da inclusão: Como estamos implementando a educação (de qualidade) para todas as escolas brasileiras**. São Paulo: Memmon, 2001.

MEYERHOFF, M. **Compreendendo as necessidades especiais infantis**. Disponível em:  
<<http://www.saude.hsw.uol.com.br/necessidades-especiais-infantis1.html>>  
Acesso: 09/mai/2014.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PIETRO, R. G. (org.) **Inclusão escolar: pontos e contra pontos**. São Paulo: Summus, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre educação inclusiva. In: **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. David Rodrigues (org.). – São Paulo: Summus, 2003.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: PEREIRA, I. L. e S. **Educação especial: olhares interdisciplinares**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

SERBINO, R. V. (org.). **Formação de professores**. São Paulo: UNESP/UNESCO, 1998.

STAINBANCK, S. W. **Inclusão: Um guia para educadores**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

UNESCO. Ministerio da Educação e Ciência da Espanha. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação**. Brasília: MJ, 1997.